



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008150-45.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **Marcelo Antonio Domingues Me**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

1- **Pp. 82. Mantenho a decisão agravada, por seus fundamentos.**

2- **Marcelo Antonio Domingues** move ação anulatória de débito fiscal contra a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo** e a **Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon/SP**.

Argumenta que foi autuado por infração relativa à falta de registro eletrônico de documento fiscal no prazo legal e que, em decorrência de tal infração, foi surpreendido com uma notificação do 1º Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de São Carlos para pagamento da CDA nº 1.215.236.386, no valor total de R\$1.048,40.

Aduz que o Auto de Infração nº 0012459 originou-se de uma reclamação indevidamente registrada pelo consumidor Danilo Periotto, no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – Nota Fiscal Paulista, o qual alegou ter feito uma compra em seu estabelecimento comercial, em 16/12/2008, mas que a nota fiscal nº 6858, no valor de R\$58,60 não havia sido registrada no sistema para que ele pudesse se beneficiar dos respectivos créditos.

Relata ter apresentado defesa administrativa, que foi indeferida.

Acrescentou que o AIIM deve ser anulado, pois efetuou, no prazo legal, o registro eletrônico dos documentos fiscais por ela emitidos.

Requer a tutela provisória de urgência para suspender os efeitos do protesto, bem como excluir seus dados do CADIN estadual.

Pugna, ao final, pela anulação do AIIM e seus efeitos.

Liminar de sustação do protesto concedida, pp. 45/46.

Contestação dos réus às pp. 57/72, com preliminares de ilegitimidade passiva da fazenda estadual, de incompetência territorial, descabimento da tutela antecipada, e, no mérito, que efetivamente o autor deixou de registrar uma nota fiscal que emitiu, incorrendo na infração prevista no art. 7º, § 1º, Item 2, da Lei Estadual nº 12.685/07.

Réplica às pp. 85/98.

É o relatório. Decido.

A preliminar de incompetência territorial haverá de ser rejeitada.

O fato de o Procon atuar em defesa das normas de proteção do consumidor não significa que entre o Procon e a parte autora existe uma relação de consumo. Trata-se de típica infração administrativa pela violação de normas administrativas. O CDC não é aplicável. Por tal motivo, as regras de competência estabelecidas nesse diploma não guardam pertinência com o caso dos autos.

Todavia, dispõe o art. 52, parágrafo único do NCPC que, se o Estado for demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federal.

Como na hipótese vertente o Estado (também) foi demandado, aplica-se a referida regra e a ação podia de fato ser movida neste foro, de domicílio do autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A preliminar de ilegitimidade passiva do Estado de São Paulo há de ser acolhida, porque a presente demanda tem por objeto a invalidação de auto de infração lavrado pelo Procon, ente público com personalidade jurídica própria e que não se confunde com a do ente político.

As considerações trazidas pelo autor réplica para justificar a inclusão do Estado no pólo passivo não podem ser admitidas pois dizem respeito a aspectos de direito probatório e não à relação jurídica de direito material que constitui o objeto da lide. Não justificam a inclusão do Estado no pólo passivo.

Saliente-se, por oportuno, que a ilegitimidade passiva do Estado de São Paulo não repercute sobre a competência territorial que se justificou em razão de ele ter (também) sido demandado.

Isto por força da regra da *perpetuatio jurisdictionis*: art. 43 do CPC.

Passo ao exame do mérito em relação ao Procon/SP.

Procede a ação.

O auto de infração foi lavrado porque o autor teria deixado de efetuar, no prazo legal, o registro eletrônico da NF 006858, emitida em 16/12/2008, no valor de R\$ 58,90, confira-se pp. 32.

Trata-se da nota fiscal de pp. 31.

O prazo para o registro eletrônico do referido documento, no caso dos autos, como demonstrado na decisão que concedeu a liminar às pp. 45/46, era 17/01/2009.

Ora, os documentos de pp. 26/27 comprovam que o autor, em 15/01/2009 – portanto dentro do prazo – efetivamente efetuou o registro eletrônico da NF 006858, emitida em 16/12/2008, exatamente no valor de R\$ 58,90, com o mesmo beneficiário: Danilo Periotto.

A divergência da data real de emissão (16/12/2008, pp. 32) e a data de emissão que foi lançada no sistema (02/12/2008, pp. 27), com todas as vênias à argumentação dos réus, **nada mais demonstra se não que houve erro material no lançamento dos dados no sistema.**

A hipótese de se tratar de outra nota fiscal, deve ser repelida, seja porque as notas fiscais, como demonstrado com objetividade pelo autor às pp. 95/96, são emitidas com número sequencial e sem duplicidade, sob o controle da administração fazendária, e no caso em tela o número da nota fiscal é o mesmo, seja porque são coincidentes o nome e CPF do comprador, o valor da nota e o mês da transação, a indicar, para além de qualquer dúvida razoável, que estamos diante de um simples erro material realmente.

Forçoso reconhecer, então, que o autor não incorreu na infração pela qual foi autuado, de deixar de efetuar, no prazo legal, o registro eletrônico do documento fiscal em questão.

Ante o exposto: (a) julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VI do CPC em relação ao Estado de São Paulo, condenando o autor em honorários arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da causa (b) em relação ao Procon-SP, julgo procedente a ação e, confirmada a liminar de pp. 45/46, anulo o auto de infração objeto dos presentes autos, condenando o Procon/SP em custas e despesas de reembolso e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da causa.

A presente sentença **não** está sujeita ao reexame necessário, nos termos do art. 496 do CPC-15, vez que a condenação ou proveito econômico obtido contra a fazenda pública **não** excede a 500 salários mínimos (Estado) ou 100 salários mínimos (Município)

P.I.

São Carlos, 13 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**